

RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

CNI Confederação Nacional da Indústria

1. INVESTIMENTOS

1.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União

Em 2026, a dotação total autorizada registrada no Siga Brasil para o Orçamento da União foi de aproximadamente R$ 6,5 trilhões, conforme consulta em outubro de 2026. Deste valor, aproximadamente R$ 84,1 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 1,3% do orçamento total.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes deteve o segundo maior orçamento de investimentos com R$ 13,5 bilhões, o que representou 16% da dotação total. O Ministério de Portos e Aeroportos tem orçamento de investimentos de R$ 795 milhões.

Do orçamento de investimentos da União para 2026 (R$ 84,1 bilhões), foram empenhados R$ 58,2 bilhões, cerca de 69,2% da dotação autorizada até o período de referência. No mesmo período foram liquidados R$ 29,5 bilhões e pagos R$ 27,7 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somou R$ 53,3 bilhões.

Tabela 1 - Execução Orçamentária da União - OGU 2026 Investimentos - Por Órgão Superior
Valores em final de período - atualizados até 23/10/2026 (R$ bilhões)

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Ministério dos Transportes	13,455	12,374	92,0%	8,267	61,4%	7,857	58,4%	3,180	11,037	1,321
Ministério da Saúde	13,826	7,647	55,3%	4,329	31,3%	4,149	30,0%	4,400	8,548	9,309
Ministério da Defesa	10,144	6,186	61,0%	2,920	28,8%	2,744	27,1%	2,453	5,197	2,505
Ministério da Fazenda	0,630	0,191	30,3%	0,024	3,8%	0,023	3,7%	0,103	0,127	0,250
Ministério da Educação	8,183	5,166	63,1%	2,157	26,4%	2,072	25,3%	3,528	5,600	5,580
Ministério das Cidades	8,422	5,712	67,8%	2,806	33,3%	2,666	31,6%	2,415	5,081	8,169
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	8,692	5,704	65,6%	1,246	14,3%	1,153	13,3%	3,908	5,060	13,722
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3,233	2,356	72,9%	0,591	18,3%	0,546	16,9%	1,089	1,635	1,597
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2,593	2,122	81,8%	1,507	58,1%	1,066	41,1%	0,729	1,795	0,181
Ministério da Agricultura e Pecuária	1,414	0,894	63,2%	0,355	25,1%	0,165	11,7%	1,198	1,363	3,163
Ministério de Portos e Aeroportos	0,795	0,487	61,3%	0,174	21,9%	0,160	20,1%	0,178	0,338	0,212
Ministério do Esporte	0,575	0,488	85,0%	0,083	14,5%	0,078	13,6%	0,360	0,438	1,401
Outros*	12,129	8,888	73,3%	5,042	41,6%	4,997	41,2%	2,084	7,081	4,487
Total	84,092	58,215	69,2%	29,501	35,1%	27,676	32,9%	25,625	53,301	51,895

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.
***Inclui:** Ministério da Cultura; Justiça Federal; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Justiça Eleitoral; Câmara dos Deputados; Justiça do Trabalho; Ministério das Comunicações; Ministério Público da União; Presidência da República; Ministério de Minas e Energia; Superior Tribunal de Justiça; Ministério das Mulheres; Senado Federal; Tribunal de Contas da União; Banco Central do Brasil - Bacen; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério da Previdência Social; Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio E Serviços; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério das Relações Exteriores; Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Ministério dos Povos Indígenas; Advocacia-Geral da União; Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério da Igualdade Racial; Ministério do Trabalho e Emprego; Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Supremo Tribunal Federal; Justiça Militar da União; Controladoria-Geral da União; Conselho Nacional de Justiça; Ministério Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Defensoria Pública da União; Conselho Nacional do Ministério Público e Gabinete da Vice-Presidência da República.

1.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos

Do montante de R$ 13,5 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2026, foram empenhados cerca de R$ 12,4 bilhões (92% da dotação autorizada) e liquidados aproximadamente R$ 8,3 bilhões. Os valores pagos do orçamento foram de cerca de R$ 8 bilhões e o total desembolsado (incluindo os restos a pagar pagos) foi de R$ 11,4 bilhões.

No que diz respeito ao Ministério de Portos e Aeroportos, do montante de R$ 795 milhões autorizado para investimentos em 2026, foram empenhados R$ 487 milhões, liquidados R$ 174 milhões e pagos R$ 160 milhões.

Dos R$ 14,3 bilhões de investimentos autorizados para o Ministério dos Transportes (R$ 13,5 bilhões) e para o Ministério de Portos e Aeroportos (R$ 795 milhões), aproximadamente 88% (R$ 12,5 bilhões) foram destinados ao setor rodoviário. O restante foi dividido entre os setores ferroviário (R$ 291 milhões), aquaviário (R$ 539 milhões), aeroportuário (R$ 235 milhões) e outros (R$ 643 milhões).

Tabela 2 - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos – OGU 2026 Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 23/10/2026 (R$ milhões)

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar Pagos (e)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	235	157	67%	51	22%	50	21%	59	108	172
Ferroviário	291	190	65%	53	18%	53	18%	133	186	165
Aquaviário	539	318	59%	114	21%	102	19%	93	195	61
Rodoviário	12.542	11.619	93%	7.814	62%	7.407	59%	2.818	10.225	941
Outros	643	578	90%	408	63%	405	63%	256	662	194
Total	14.250	12.861	90%	8.441	59%	8.017	56%	3.359	11.376	1.533

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.
Nota: Valores menores que R$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

A União inscreveu, em 2026, aproximadamente R$ 8,1 bilhões de restos a pagar processados. Deste valor, o Ministério dos Transportes inscreveu cerca de R$ 159 milhões.

Em relação aos restos a pagar não-processados, a União inscreveu, em 2026, R$ 70,4 bilhões. O Ministério dos Transportes teve R$ 4,4 bilhões inscritos e o Ministério de Portos e Aeroportos R$ 439 milhões.

Do volume total de restos a pagar inscritos pela União, os pagamentos corresponderam a 33% do total inscrito, excluídos os cancelamentos.

O Ministério dos Transportes pagou 71% do valor que inscreveu para 2026. O Ministério de Portos e Aeroportos pagou 46% do seu total inscrito.

Tabela 3 - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2026

Restos a Pagar Processados - Valores em final do período - atualizados até 23/10/2026 (R$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	159	0	131	29
Ministério de Portos e Aeroportos	1	0	1	0
União	8.072	158	2.648	5.266

Restos a Pagar Não-Processados - Valores em final do período - atualizados até 23/10/2026 (R$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	4.404	62	3.049	1.292
Ministério de Portos e Aeroportos	439	50	177	212
União	70.419	812	22.977	46.630

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.
Nota: Valores menores que R$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

1.3. Execução do Orçamento das Estatais (MPO)

Até o 4º bimestre de 2026, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotações autorizadas para investimentos no valor de R$ 198 bilhões. Foram executados até o 4º bimestre, investimentos no valor de R$ 79,4 bilhões, equivalentes a 40% da dotação autorizada.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, as dotações de investimentos para 2026 foram de, aproximadamente, R$ 177,6 bilhões. As despesas totais realizadas, de janeiro a agosto de 2026, foram cerca de R$ 71,5 bilhões, o que representou execução de 40% do autorizado e 90% do total executado pelo conjunto das estatais.

Entre as empresas, o Grupo Petrobras concentrou 88,8% da dotação autorizada para as estatais em 2026 e respondeu por 89,5% da despesa realizada até o 4º bimestre de 2026 com o total de R$ 71 bilhões (execução de 40,3% de sua dotação).

Os investimentos realizados pelas empresas estatais até o 4° bimestre de 2026 aumentaram em relação às aplicações no mesmo período em 2025. O Grupo Petrobras foi o principal responsável por essa elevação, tendo aumentado os seus investimentos efetivamente realizados.

Tabela 4 - Execução do Orçamento das Estatais (MPO) R$ bilhões

Por órgão	Dotação	Despesa realizada até 4º bim.
Ministério de Minas e Energia	177.629	71.529
Ministério de Portos e Aeroportos	2.098	276
Ministério das Comunicações	2.065	122
Outros	16.362	7.431
Total	198.154	79.358

Por subfunção	Dotação	Despesa realizada até 4º bim.
Produção Industrial	172	33
Energia Elétrica	3.651	966
Combustíveis Minerais	166.643	69.165
Transporte Aéreo	543	152
Transporte Rodoviário	—	—
Transporte Hidroviário	1.529	193
Transportes Especiais	3.383	462

Por função	Dotação	Despesa realizada até 4º bim.
Indústria	145	23
Comunicações	2.065	122
Energia	177.629	71.529
Transporte	2.098	276

Por unidade	Dotação	Despesa realizada até 4º bim.
Grupo ENBPar	1.638	525
Grupo Petrobras	175.979	71
Cias DOCAS	1.595	131
Infraero	502	146
Nav Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A *	62	8

Fonte: Portaria dos Investimentos das Empresas Estatais, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
*Aprovada a sua criação, por meio da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, e pelo Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, a NAV Brasil foi, finalmente, constituída em 30 de maio de 2021, a partir da cisão da Infraero, de quem recebeu todos os elementos ativos e passivos relacionados com a prestação de serviços de navegação aérea, incluídos os empregados e os acervos técnico, bibliográfico e documental. Somente em 2022 passou a fazer parte da publicação da portaria dos investimentos das empresas estatais. A NAV foi incluída pela primeira vez nos investimentos das estatais na Portaria 2.750, de 29 de março de 2022.

2. ENERGIA ELÉTRICA

2.1. Geração de Energia Elétrica (CCEE)

Em julho de 2026, a geração de energia elétrica no sistema interligado nacional registrou 70,7 GW médios, valor 4% superior ao verificado em julho de 2025.

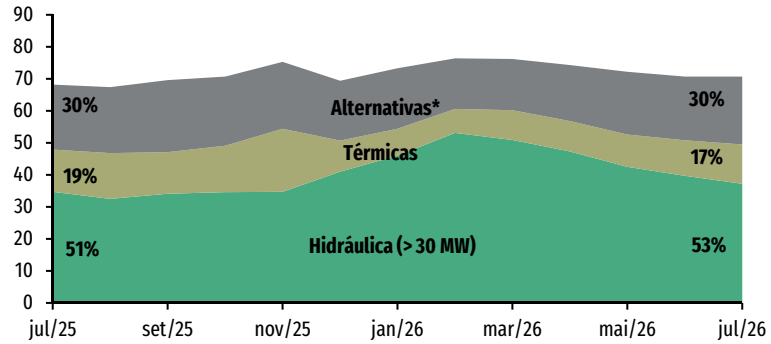
A fonte com maior participação foi a hidráulica em usinas com capacidade de geração superior a 30 MW médios (53% do total). A fonte de geração de energia que apresentou o maior crescimento em comparação ao mesmo mês do ano anterior foi a fotovoltaica (31%).

Tabela 5 - Geração de Energia por Fonte (MW médio)

Fonte	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025	Participação % 2026
Hidráulica (>30 MW)	34.676	37.208	7%	53%
Térmica	13.261	12.345	-7%	17%
Eólica	14.478	13.771	-5%	19%
PCH e CGH	2.659	3.192	20%	5%
Fotovoltaica	3.211	4.209	31%	6%
Total	68.284	70.725	4%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Gráfico 1 - Evolução da Geração de Energia por Fonte (GW médio)

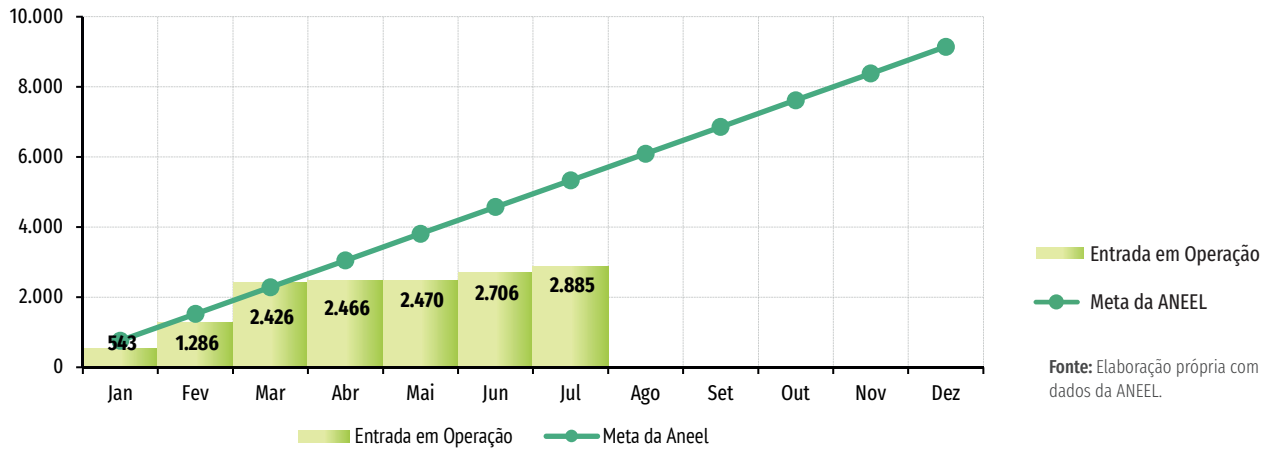


Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.
*Geração eólica, fotovoltaica, PCHs e CGHs.

2.2. Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica (ANEEL)

O gráfico apresentado a seguir ilustra a expansão acumulada da capacidade geradora no sistema interligado nacional ao longo do ano corrente. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

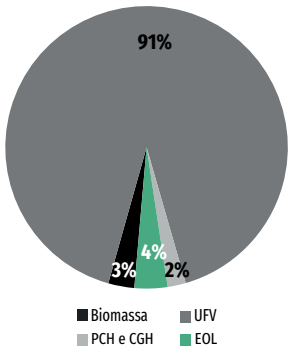
Gráfico 2 - Expansão Acumulada da Capacidade de Geração de Energia Elétrica em 2026 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Entre janeiro e julho de 2026, entraram em operação 102 usinas com um total de 2885 MW de potência instalada. Desse total, as usinas eólicas (EOLs) responderam por 109 MW, as usinas à biomassa por 86 MW, as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) por 60 MW e as centrais geradoras fotovoltaicas (UFV) por 2630 MW.

Gráfico 3 - Expansão Acumulada da Capacidade Instalada por Tipo de Geração em 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

2.2.1. Previsão da Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 0,6% ao ano na capacidade total de geração elétrica do país, considerando o período entre o início de 2026 e o final de 2030.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 24 GW no período 2026-2030. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 2,1% ao ano.

Tabela 6 - Previsão para Entrada em Operação (em MW) até 2030*

Fontes Alternativas						
Cenário	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**Σ**
Conservador	1.015	2.453	955	27	30	4.480
Otimista	1.015	3.101	4.319	1.157	1.376	10.968
Usinas Termelétricas Fósseis						
Cenário	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**Σ**
Conservador	1.659	663	0	0	0	2.322
Otimista	1.659	663	5.989	2.101	2.725	13.137
Somatório Fontes Alternativas e Fósseis						
Cenário	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**Σ**
Conservador	2.674	3.116	955	27	30	6.802
Otimista	2.674	3.764	10.308	3.258	4.101	24.105

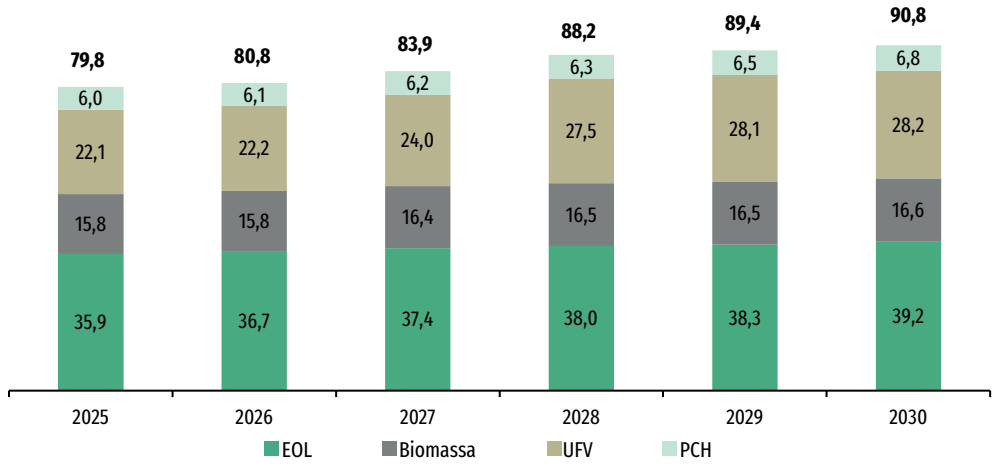
Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
Nota: Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.
Estão inclusos em fontes alternativas, 50 MW referentes à entrada de UHEs.
*A previsão para 2026 equivale àquela definida em 31/12/2025 para os doze meses subsequentes.

Entre 2026 e 2030, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 2% da capacidade instalada no Brasil de usinas térmicas (UTEs). Mesmo com a expansão prevista, a participação na capacidade total instalada das UTEs deve ser mantida em cerca de 14% (desconsiderando as centrais nucleares) até 2030. As usinas hidrelétricas devem reduzir a sua participação na matriz elétrica nacional de 50%, no início de 2026, para 49%, no final de 2030.

Ao final de 2026, as fontes de energia alternativas corresponderam a 36% da capacidade instalada total. A participação das usinas térmicas a biomassa foi de 7% e, pela previsão conservadora, o percentual deve ser mantido até 2030. No caso das usinas eólicas (EOL), a previsão é que a participação dessa fonte na capacidade instalada suba para 17%, enquanto na participação das usinas solares fotovoltaicas estima-se um aumento de 10%. A participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% até 2030.

A previsão otimista para a expansão da geração das fontes de energia alternativa é que a participação atinja, até 2030, 37% da capacidade instalada do País. As usinas solares fotovoltaicas (UFV) possuem a maior previsão de aumento da capacidade instalada, com um crescimento de 27%. Em segundo lugar ficam as usinas eólicas, com previsão de 7% de aumento de capacidade.

Gráfico 4 - Previsão da Capacidade Instalada ao Final de Cada Ano - Fontes Alternativas (GW) Cenário Otimista



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
Nota: Em 2025, Capacidade Instalada em 31/12/2025.

2.2.2. Expansão da Geração Distribuída

A geração distribuída pode ser definida como uma fonte de energia elétrica conectada diretamente à rede de distribuição ou situada junto ao próprio consumidor. Em julho de 2026, entraram em operação 293 MW de potência instalada em geração distribuída, valor 59% inferior ao observado no mesmo mês de 2025.

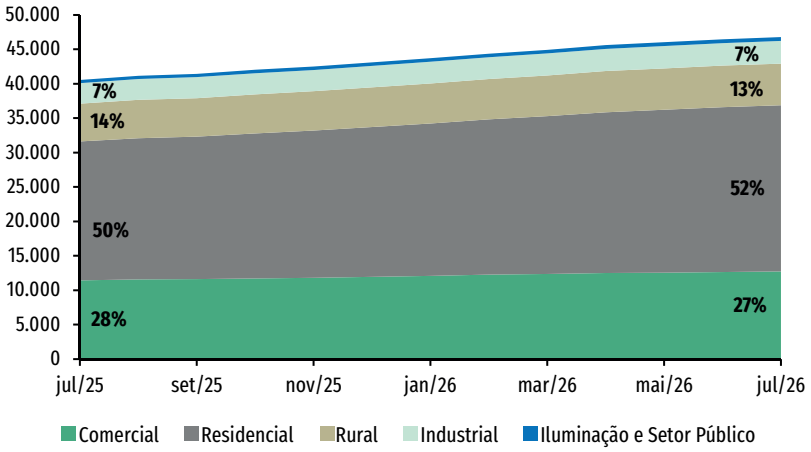
A potência instalada acumulada em geração distribuída, até julho de 2026, foi de 46,8 GW, valor 15% superior ao verificado em julho de 2025. O setor industrial representou 7% (3.267 MW) do total da potência instalada em julho de 2026.

Tabela 7 - Acréscimo de Potência Instalada em Geração Distribuída (MW)

Classe	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025
Residencial	384,0	207,3	-46%
Comercial	168,2	51,22	-70%
Rural	97,3	25,9	-73%
Industrial	62,6	3,5	-94%
Iluminação e Poder Público	8,7	4,9	-43%
Total	720,8	292,9	-59%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Gráfico 5 - Evolução da Potência Instalada da Geração Distribuída - Acumulado (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

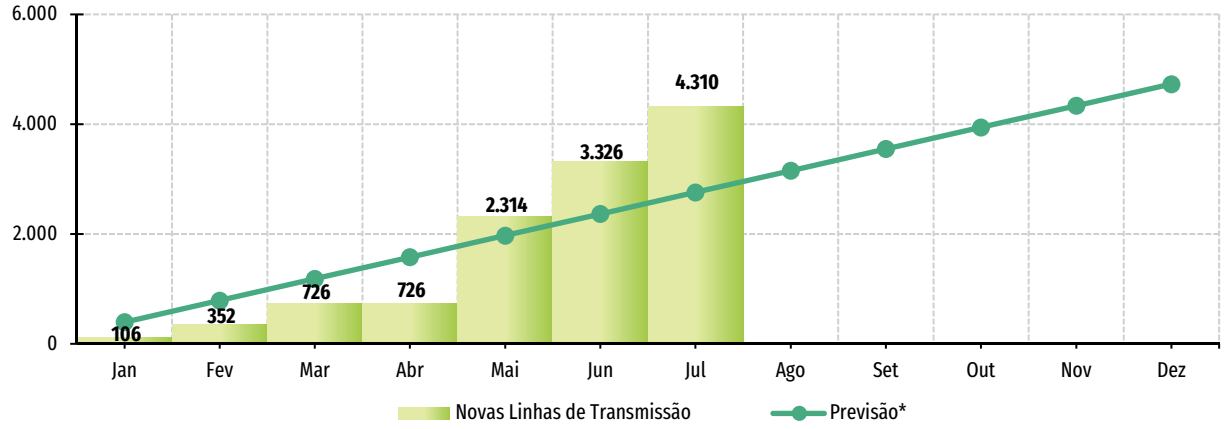
2.3. Expansão das Linhas de Transmissão (MME)

Os dados de expansão das linhas de transmissão divulgados pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** apresentam defasagem em relação ao mês de publicação do Relatório de Infraestrutura.

Em julho de 2026, entraram em operação 984 novos km de linhas de transmissão. De acordo com a previsão do Ministério de Minas e Energia, a expectativa para o ano de 2026 é de 4,7 mil km de novas linhas de transmissão em operação no país. Para 2027, são previstos 4,4 mil km de novas linhas de transmissão.

As linhas de transmissão se dividem por classes de tensão que podem utilizar a rede elétrica. Do total de novas linhas que entraram em operação até julho de 2026, 624 km foram da classe de tensão de 230 kV, 8 km foram da classe de tensão de 345 kV e 3678 km foram da classe de tensão de 500/525 kV.

Gráfico 6 - Entrada em Operação de Novas Linhas de Transmissão (km) - Acumulado



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.
Nota: *Considera a previsão divulgada pelo Ministério de Minas e Energia em janeiro 2026.

2.4. Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em julho de 2026, quatro das cinco regiões apresentaram nível de energia armazenada nos reservatórios inferior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. A região Norte apresentou reservatórios com o nível de 89,6%, 3 pontos percentuais abaixo do verificado no mesmo mês de 2025. A região Nordeste foi a que apresentou o maior incremento no nível dos reservatórios na comparação com julho de 2025.

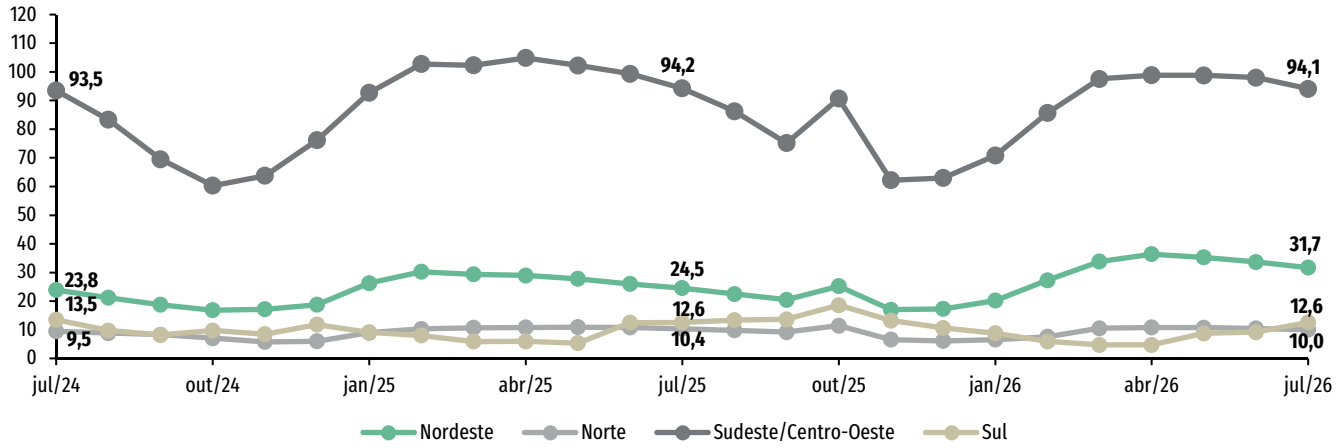
Em julho de 2026, os reservatórios brasileiros apresentaram um nível equivalente a 148.386 GWh de energia armazenada, valor 5% superior ao observado para o mesmo mês no ano anterior. As regiões Sudeste/Centro-Oeste tiveram 94.114 GWh armazenados, valor 0% inferior ao observado em julho de 2025.

Tabela 8 - Nível de Armazenagem Verificada nos Reservatórios (%)

Subsistema	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025
Nordeste	65%	84%	19,0
Norte	93%	90%	-3,0
Sudeste/Centro-Oeste	63%	63%	-0,1
Sul	84%	84%	-0,2

Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

Gráfico 7 - Energia Armazenada Verificada nos Reservatórios (milhares de GWh)



Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

2.5. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O consumo no mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em julho de 2026, 47 mil GWh, apresentando um valor 3,7% superior ao observado em julho de 2025.

O consumidor cativo é o consumidor ao qual só é permitido comprar energia da distribuidora detentora da concessão ou permissão na área onde se localizam as instalações do "acessante". Já aquele que consumia carga igual ou maior que 3.000 kW era considerado consumidor livre e podia optar por contratar seu fornecimento de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado. Essa limitação reduziu-se posteriormente, dando margem a maior abertura do mercado.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 16,9 mil GWh, valor 2% superior ao observado no mesmo mês de 2025, e representou 36% do total da energia elétrica consumida em julho de 2026.

Em julho de 2026, o setor industrial que teve maior crescimento no consumo de energia elétrica foi o de extração de minerais metálicos, apresentando um aumento de 8,3% no consumo de energia na comparação com o mesmo mês de 2025.

Tabela 9 - Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025
Residencial	14.219	14.860	4,5%
Industrial	16.617	16.918	1,8%
Comercial	7.766	8.345	7,5%
Outras	6.575	6.717	2,2%
Total	45.177	46.840	3,7%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Tabela 10 - Consumo de Energia Elétrica por Setor (GWh)

Setor	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025	Variação % jul/2026
Metalúrgico	4.254	4.213	-1%	25%
Outros	2.625	2.673	2%	16%
Produtos Alimentícios	2.277	2.352	3%	14%
Químico	1.545	1.607	4%	10%
Produtos Minerais e não-metálicos	1.296	1.303	0,5%	8%
Extração de minerais metálicos	1.313	1.421	8%	8%
Borracha e Material Plástico	1.014	998	-2%	6%
Papel e Celulose	831	846	2%	5%
Automotivo	565	609	8%	4%
Têxtil	532	524	-1%	3%
Produtos Metálicos*	366	372	2%	2%
Total	16.617	16.918	2%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.
Nota: *Exceto máquinas e equipamentos.

2.6. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

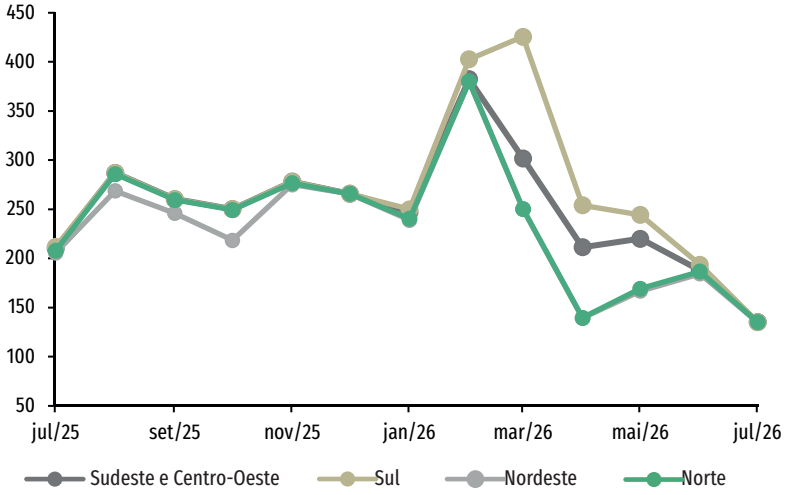
O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado.

Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as regiões.

Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, o PLD observado, em julho de 2026, foi de R$ 135/MWh, valor 36% inferior ao registrado no mesmo mês de 2025. Para a região Sul, o PLD registrou o valor de R$ 135/MWh, apresentando uma redução de 36% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A região Nordeste registrou o valor de R$ 135/MWh, apresentando uma redução de 34% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já a região Norte apresentou o PLD em R$ 135/MWh, uma redução de 35% comparado com julho de 2025.

Gráfico 8 - Média Mensal do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R$/MWh)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.



2.7. Indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica

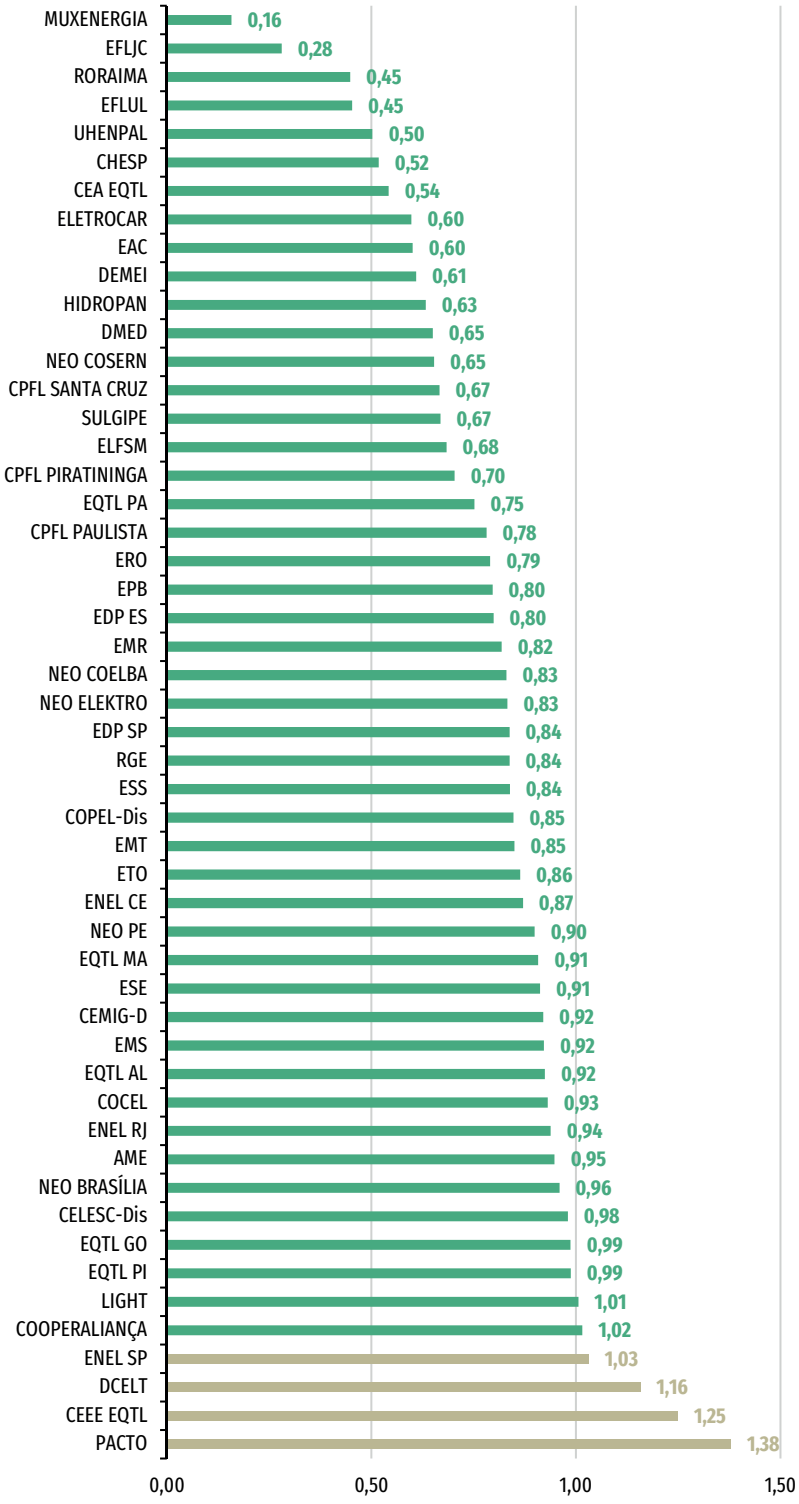
A continuidade do fornecimento de energia é acompanhada pela ANEEL por meio da Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). Os indicadores DEC e FEC são divulgados por meio de subdivisões das distribuidoras, denominadas conjuntos de unidades consumidoras.

2.7.1. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)

O DEC é um indicador elaborado pela ANEEL que mede o tempo médio, em horas, que cada conjunto de unidades consumidoras ficou sem energia elétrica em um determinado mês.
O DEC/Limite compara o valor do DEC observado com o limite estabelecido pela ANEEL. Esse índice permite avaliar se a distribuidora está dentro do padrão exigido (menor ou igual um) ou se excedeu (maior que um) o tempo máximo de interrupção determinado pela ANEEL.

Em julho, a distribuidora MUXENERGIA foi a que apresentou o melhor desempenho em termos de tempo médio de interrupção no fornecimento de energia, com um DEC de 0,16, seguida pela EFLJC (0,28), pela EFLUL (0,45) e RORAIMA (0,45), respectivamente.

Gráfico 9 - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (DEC/Limite) - jul/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.

2.7.2. Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC)

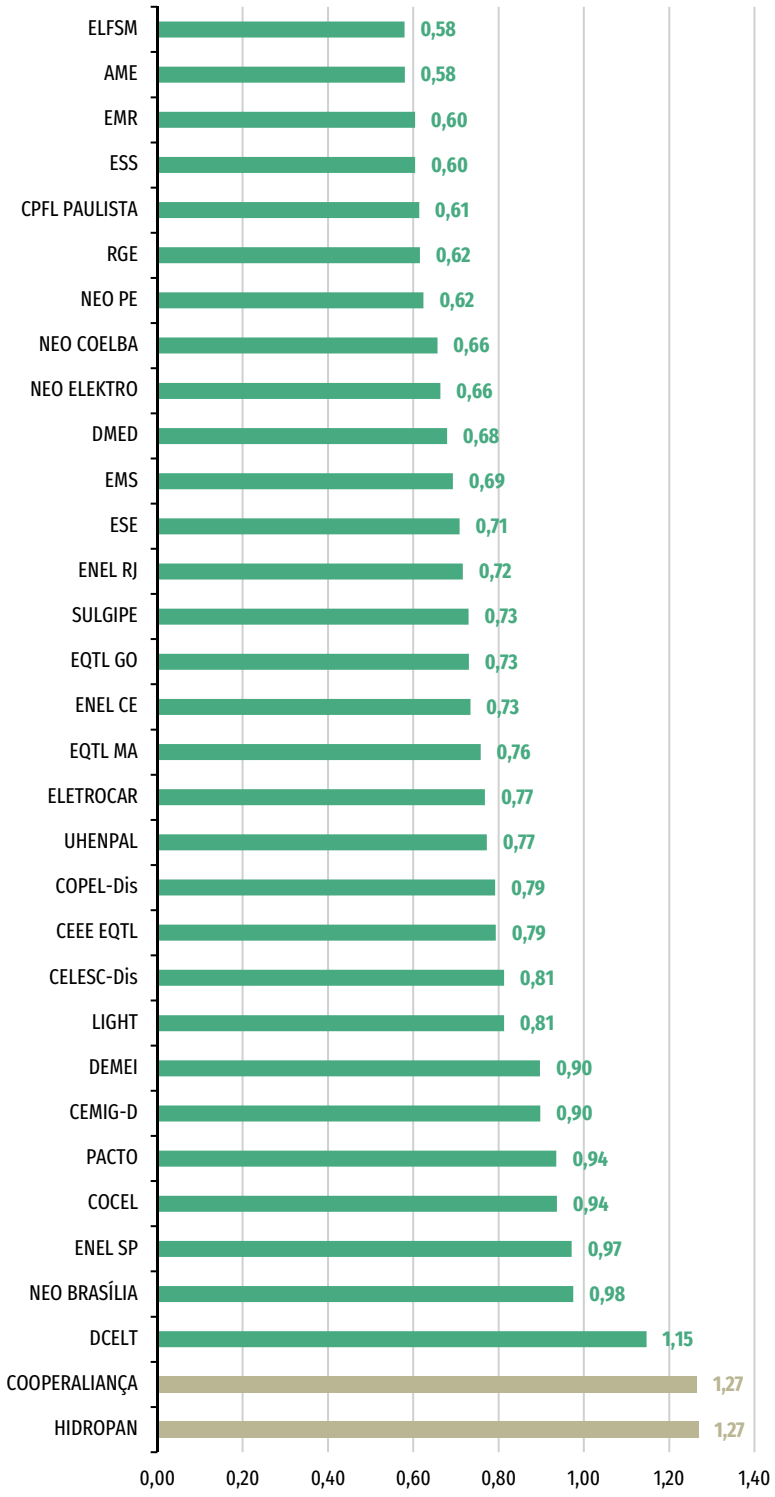
O indicador FEC é estabelecido pela ANEEL e mede a quantidade média de vezes que cada conjunto de unidades consumidoras sofreu interrupção no fornecimento de energia elétrica em um determinado período.

O FEC/Limite compara o valor do FEC observado com o limite definido pela ANEEL. Assim como no caso do DEC/Limite, esse índice mostra se a frequência de interrupções está dentro do padrão estabelecido pela ANEEL (menor ou igual um) ou se foi ultrapassado (maior que um).

Em julho, ELFSM e AME apresentaram o melhor desempenho em termos de frequência média de interrupções no fornecimento de energia, todas registrando um FEC de 0,58.

Entre julho de 2025 e julho de 2026, a duração média das interrupções no Brasil foi de 9 horas e 5 minutos. Por sua vez, a quantidade média de interrupções atingiu 4,57.

Gráfico 10 - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (FEC/Limite) - jul/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.

3. PETRÓLEO

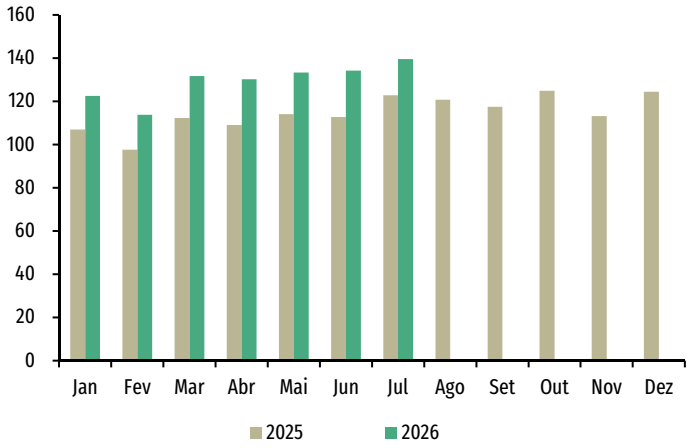
3.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de julho de 2026, foi de 139,5 milhões de barris de petróleo, equivalente (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 14% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em julho de 2026 foi de 28,3°, sendo que 3,9% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 88,4% considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 7,7% considerada óleo pesado (menor que 22°API).

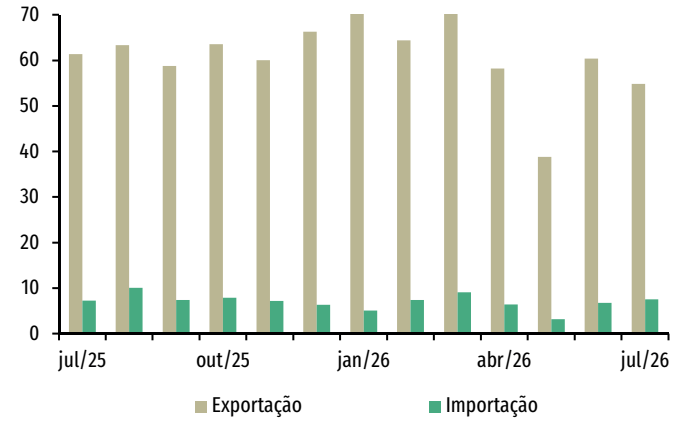
De acordo com a ANP, em julho de 2026, cerca de 98,1% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

Gráfico 11 - Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 12 - Exportação vs. Importação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

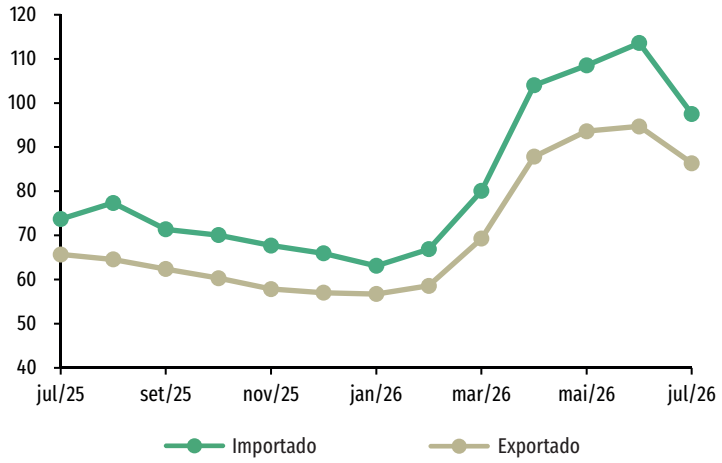


O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em julho de 2026, foi de 65 milhões bep. Esse volume foi 7% superior ao observado no mesmo mês em 2025.

O volume de petróleo exportado pelo país, em julho de 2026, foi de 54,9 milhões bep, volume 11% inferior ao exportado em julho de 2025. Já a importação de petróleo foi de 7,5 milhões bep, volume 4% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. O consumo aparente de petróleo alcançou 92,1 milhões bep.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em julho de 2026, foi de US$ 98/barril, valor 32,3% superior ao observado em julho de 2025.

Gráfico 13 - Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US$ FOB/barril)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 11 - Produção e Comércio Exterior de Petróleo (milhões bep)

Petróleo	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025
Produção de Petróleo (a)	122,7	139,5	14%
Importação de Petróleo (b)	7,3	7,5	4%
Exportação de Petróleo (c)	61,4	54,9	-11%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	68,6	92,1	34%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



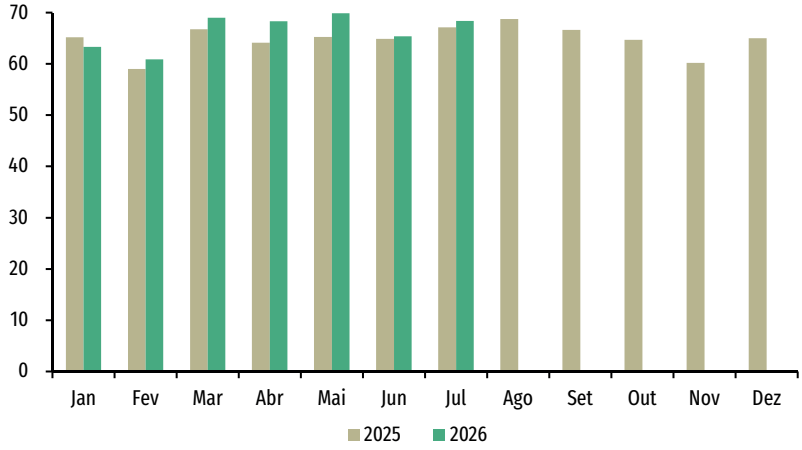
3.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em julho de 2026, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 68 milhões bep, volume 2% superior ao produzido em julho de 2025.

A importação de derivados de petróleo, em julho de 2026, foi de 22 milhões bep, valor equivalente ao registrado em julho do ano anterior. No que diz respeito à exportação de derivados de petróleo, em julho de 2026 foi constatado um total de 12 milhões bep, o que representa um volume 13% superior ao observado no mesmo mês de 2025.

Em julho de 2026, a dependência externa de derivados do petróleo foi de 12% em relação a um consumo aparente de 78 milhões bep.

Gráfico 14 - Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 15 - Importação e Exportação de Nafta (mil m³)

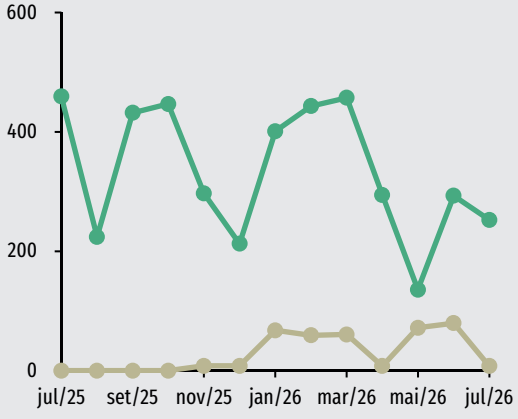


Gráfico 16 - Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

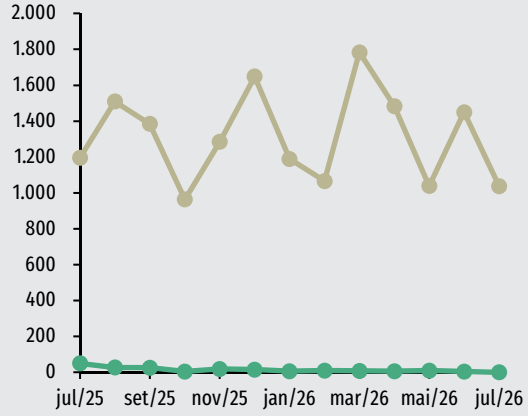


Gráfico 17 - Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)

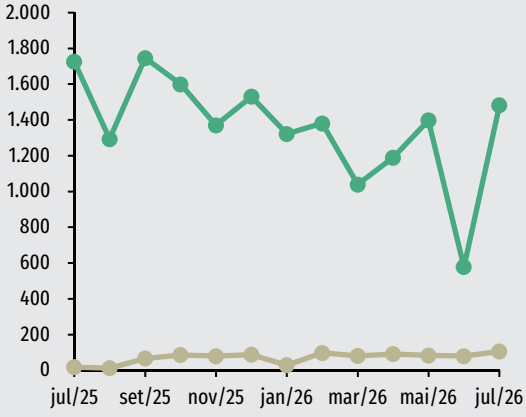
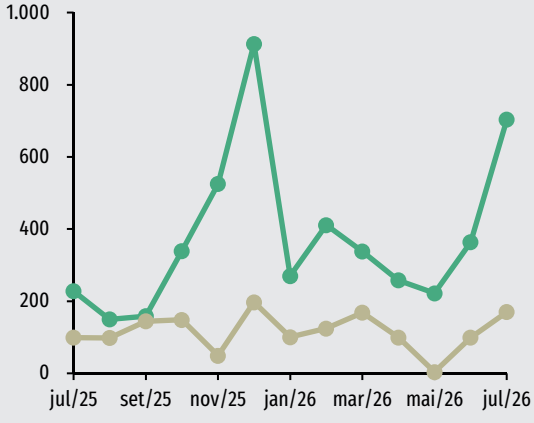


Gráfico 18 - Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Importação
Exportação

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 12 - Produção e Comércio Exterior de Derivados de Petróleo (em milhões de bep)

Derivados	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025
Produção de Derivados (a)	67,2	68,4	2%
Importação de Derivados (b)	21,8	21,7	0%
Exportação de Derivados (c)	11,0	12,5	13%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	77,9	77,6	0%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.3. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em julho de 2026, apresentou saldo positivo de US$ 3.077 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US$ 3.077 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi positivo em US$ 2.662 milhões FOB.

Tabela 13 - Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhões US$ FOB)

	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025
Petróleo			
Receita com exportação (a)	4.032	4.737	17%
Dispêndio com importação (b)	536	736	37%
Balança Comercial (c)=(a-b)	3.497	4.001	
Derivados			
Receita com exportação (d)	894	1.425	59%
Dispêndio com importação (e)	1.729	2.350	36%
Balança Comercial (f)=(d-e)	-835	-924	
Petróleo e Derivados			
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	4.926	6.163	25%
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.265	3.086	36%
Balança Total (i)=(g)-(h)	2.662	3.077	

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



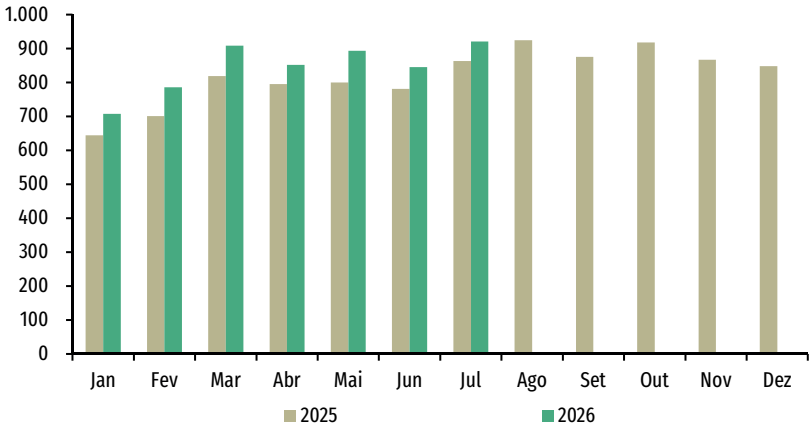
4. BIOCOMBUSTÍVEIS

4.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em julho de 2026, foi de 921 mil m³, montante 7% superior ao produzido em julho de 2025.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em julho de 2026, foi de R$ 6,61/ℓ, valor 11% superior ao registrado em julho de 2025.

Gráfico 19 - Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Álcool

4.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2025/2026 produziu, até julho de 2026, 17,1 milhões de m³ de álcool. Desse total, 64% são referentes à produção de álcool etílico hidratado, que é o etanol comum, vendido nos postos de gasolina, enquanto o etanol anidro é aquele misturado à gasolina. A produção total de álcool foi 18% superior em relação ao mesmo período da safra anterior.

Tabela 14 - Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

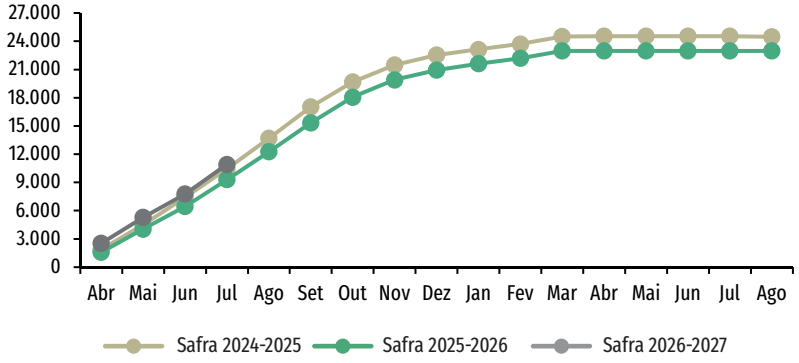
	Safra 2025/2026 (até final de Julho 2025)	Safra 2026/2027 (até final de Julho 2026)	Variação (%)
Álcool Anidro (m³)	5.234.800	6.169.969	18%
Álcool Hidratado (m³)	9.305.601	10.925.481	17%
Total Álcool (m³)	14.540.401	17.095.450	18%
Açúcar (ton)	19.389.409	16.982.590	-12%

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

A produção de açúcar no mesmo período foi de 17 milhões de toneladas, volume 12% inferior ao observado no mesmo período da safra 2025/2026.

As safras se iniciam em abril e se encerram em agosto do ano posterior. Assim, durante quatro meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Gráfico 20 - Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

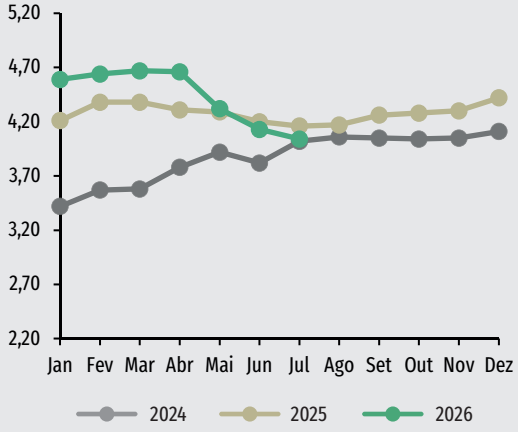
4.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,9 milhão de m³ em julho de 2026. Esse número representa um aumento de 12% em relação ao volume vendido em julho do ano anterior.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 32% do universo de vendas do álcool e da gasolina em julho de 2026. Essa participação foi 2 pontos percentuais superior ao observado em julho do ano anterior.

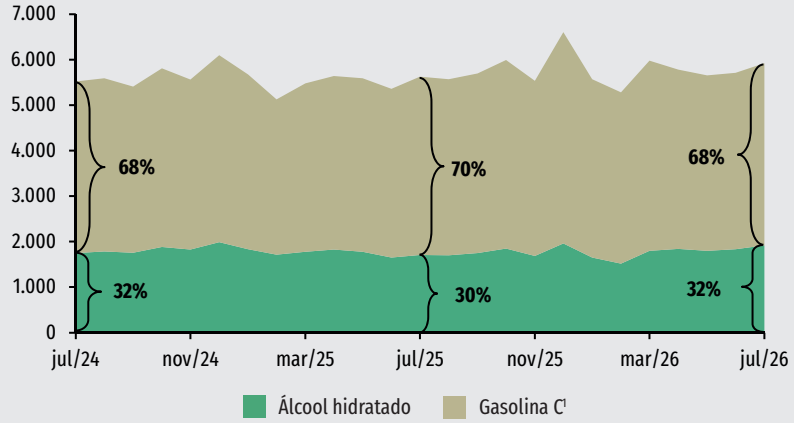
Em julho de 2026, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R$ 4,04/ℓ, valor 3% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 21 - Preço ao Consumidor de Álcool Etílico Hidratado (R$/L)



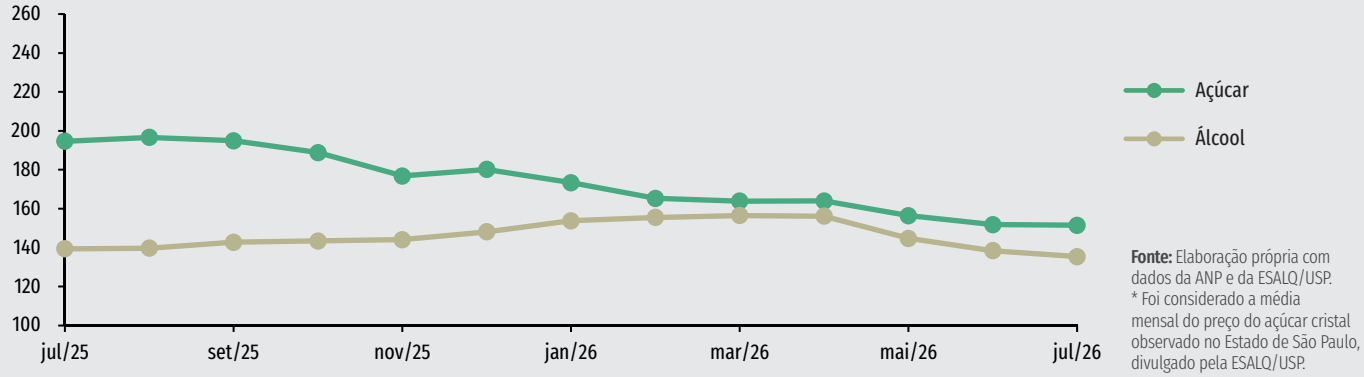
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 22 - Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C[1] (milhões m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.
[1]Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.

Gráfico 23 - Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/18=100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.
* Foi considerado a média mensal do preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, divulgado pela ESALQ/USP.

5. GÁS NATURAL

5.1. Produção e Oferta Interna de Gás Natural (MME)

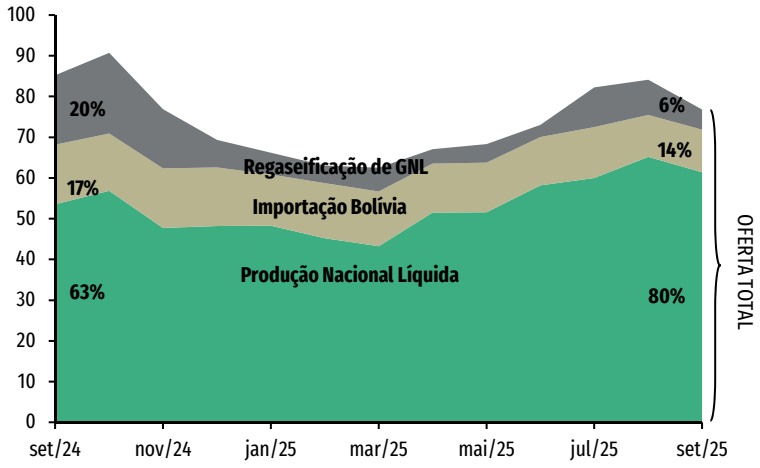
Segundo dados mais recentes divulgados pelo MME, a produção nacional diária média de gás natural, em setembro de 2025, foi de 191 milhões m³/dia, representando um aumento de 12% comparado a setembro do ano anterior.

A importação média de Gás Natural (GN) da Bolívia, em setembro de 2025, foi de 10,5 milhões de m³/dia, volume 28% inferior ao observado no mesmo mês de 2024. A importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL), em setembro de 2025, totalizou 5 milhões m³/dia, volume 71% inferior ao montante observado no mesmo mês do ano anterior.

Em setembro de 2025, a oferta total de gás natural totalizou 76,8 milhões m³/dia, valor 10% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 68,5% em setembro de 2024. Em setembro de 2025, essa proporção foi de 67,8%.

Gráfico 24 - Oferta Total de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 15 - Balanço do Gás Natural no Brasil (milhões m³/dia)

	Setembro 2024	Setembro 2025	Variação % set/2025-set/2024
Produção Nacional[1]	169,9	190,6	12%
- Reinjeção	93,5	102,2	9%
- Queimas e perdas	3,6	4,1	13%
- Consumo próprio	19,2	22,9	19%
= Produção Nac. Líquida	53,6	61,4	15%
+ Importação Bolívia	14,6	10,5	-28%
+ Importação regaseificação de GNL	17,0	4,89	-71%
= Oferta	85,2	76,8	-10%

Fonte: Elaboração própria com dados do MME.
Nota: [1]Não inclui Gás Natural Liquefeito.

5.2. Consumo de Gás Natural (MME)

O consumo de gás natural no país em setembro de 2025 foi, em média, cerca de 76 milhões de m³/dia. Essa média é 7% inferior ao volume médio diário consumido em setembro de 2024. O setor industrial consumiu aproximadamente 41 milhões de m³/dia de gás natural, volume 2% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 34% do consumo de gás natural em setembro de 2025. O setor industrial foi responsável por 54% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Tabela 16 - Consumo de Gás Natural por Segmento (milhões m³/dia)

	Setembro 2024	Setembro 2025	Variação % set/2025-set/2024
Industrial*	40,1	40,8	1,8%
Automotivo	4,4	4,0	-10%
Residencial	1,7	1,8	5%
Comercial	0,9	0,9	-1%
Geração Elétrica	33,1	26,0	-21%
Co-geração*	1,2	1,4	13%
Outros	0,62	1,1	78,1%
Total	82,0	75,9	-7%

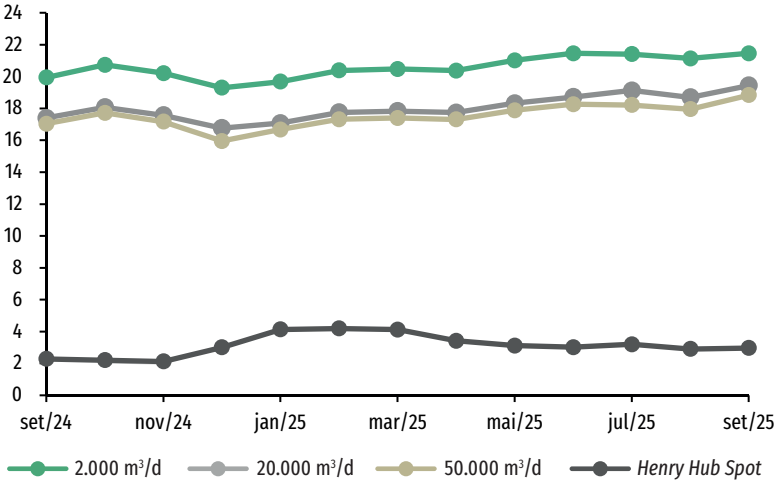
Fonte: Elaboração própria com dados do MME.
Nota: *Inclui consumo de refinarias, fábricas de fertilizantes e uso do gás como matéria-prima.

5.3. Preço do Gás Natural (MME e EIA)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em setembro de 2025, foi de US$ 19,91/MMBtu, valor 10% superior ao observado em setembro de 2024 (US$ 18,13/MMBtu).

Em setembro de 2025, o preço médio do gás natural no mercado *spot Henry Hub* foi de US$ 2,97/MMBtu, valor 30% superior ao apresentado em setembro de 2024. Esse preço não inclui impostos e transporte, sendo estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Gráfico 25 - Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial[1] e do Mercado *Spot Henry Hub*[2] (US$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia (MME) e da *Energy Information Administration (EIA).*
Nota: [1]Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.
[2]Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

6. TELECOMUNICAÇÕES

6.1. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel (ANATEL)

Foram realizados, aproximadamente, 279 milhões de acessos móveis no mês de julho de 2026, valor 4% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desses acessos, 25% foram realizados por tecnologia 5G, 64% por tecnologia 4G, 5% por tecnologia 3G e 7% por tecnologia 2G.

Em julho de 2026, a tecnologia 5G foi a que representou o maior crescimento em relação a julho de 2025 (36%), enquanto a tecnologia 3G apresentou a maior retração (18%).

Tabela 17 - Evolução do Número de Acessos Móveis por Tecnologia (milhões)

Fonte	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025	Variação % jul/2026
2G	18,8	19,4	3%	7%
3G	16,5	13,6	-18%	5%
4G	181,7	177,3	-2%	64%
5G	50,5	68,9	36%	25%
Total	267,6	279,2	4%	100%

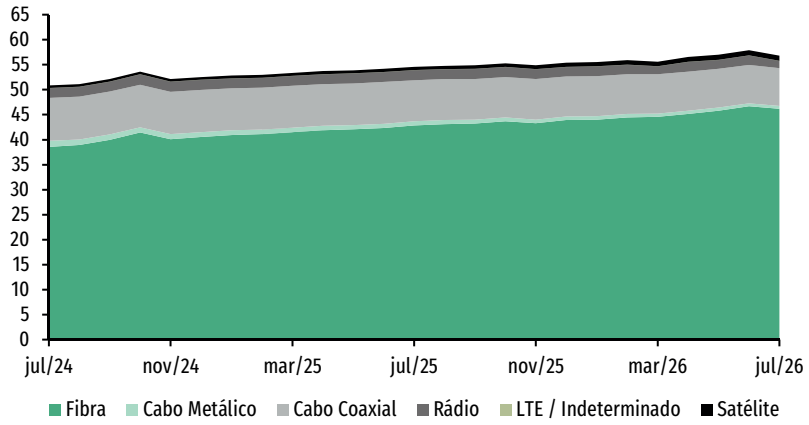
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6.2. Acessos em Internet Fixa (ANATEL)

No mês de julho de 2026, foram efetuados 57 milhões de acessos em internet fixa, valor 4% superior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. Do total de acessos, 96% foram realizados em velocidade superior a 34 Mbps, o que representa um crescimento de 7% em relação aos acessos realizados em julho de 2025 nessa mesma faixa.

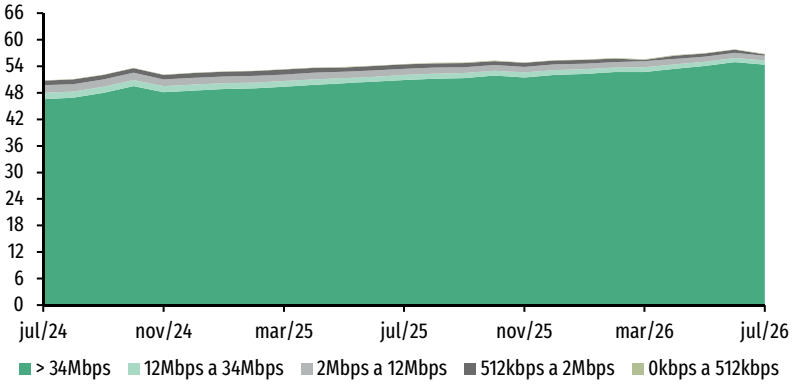
O aumento dos acessos em alta velocidade acompanha o crescimento da utilização da fibra ótica, que aumentou 8% com relação ao mesmo período do ano anterior. A fibra ótica é a tecnologia com maior número de acessos no Brasil, abrangendo 81% do mercado.

Gráfico 26 - Evolução dos Acessos por Tecnologia (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Gráfico 27 - Evolução de Acessos por Faixa de Velocidade (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

7. TRANSPORTES

7.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

7.1.1. Movimentação de cargas

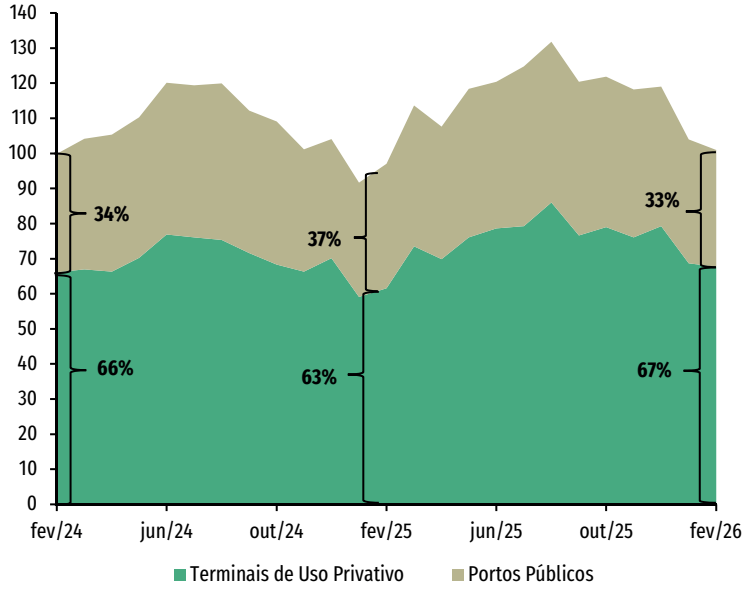
Os dados de movimentação portuária da ANTAQ são divulgados com defasagem em relação ao mês de publicação do relatório. Foram considerados os dados disponíveis.

Em fevereiro de 2026, o total de cargas movimentadas nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi de 101 milhões de toneladas, volume 4% superior ao do mesmo mês de 2025.

Os TUPs representaram 67% da movimentação total de cargas nos portos e terminais em fevereiro de 2026. A movimentação total nos TUPs foi de 68 milhões de toneladas, volume 10% superior ao observado no mesmo mês de 2025. Os portos públicos movimentaram 33 milhões de toneladas, volume 6% inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país, em fevereiro de 2026, foi de 1192 mil *TEUs (twenty-foot equivalent unit)*, volume 4% superior ao mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 28 - Movimentação Total de Cargas (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 18 - Movimentação Total de Cargas - por Natureza (mil toneladas)

	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Granel Sólido (a)	55.528	56.963	3%
Portos Públicos	20.332	18.566	-9%
TUPs	35.196	38.397	9%
Granel Líquido e Gasoso (b)	23.953	26.854	12%
Portos Públicos	4.693	4.889	4%
TUPs	19.261	21.965	14%
Carga Geral (c)	5.109	4.731	-7%
Portos Públicos	2.234	1.940	-13%
TUPs	2.875	2.790	-3%
Carga Conteinerizada (d)	12.443	12.437	0%
Portos Públicos	8.215	7.880	-4%
TUPs	4.228	4.557	8%
Total (a+b+c+d)	97.033	100.984	4,1%
Portos Públicos	35.473	33.275	-6%
TUPs	61.560	67.709	10%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

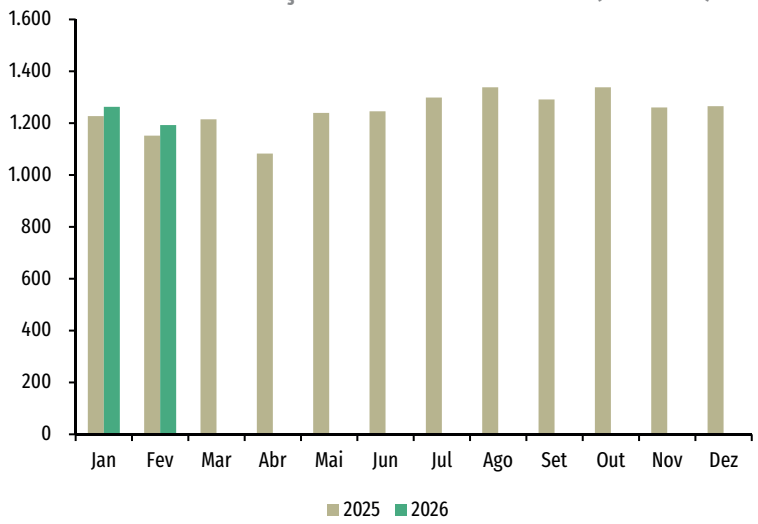
Em fevereiro de 2026, a navegação de longo curso representou 68% da movimentação total de cargas, seguida pela navegação de cabotagem (24%), de interior (7%) e de apoio marítimo e portuário (menos de 1%).

Na navegação de cabotagem, foram movimentadas 24 milhões de toneladas, valor 9% superior ao observado em fevereiro de 2025.

Os portos privados corresponderam por 75% das cargas movimentadas, totalizando 18 milhões de toneladas em fevereiro. Os portos públicos movimentaram 6 milhões de toneladas, 25% da movimentação total.

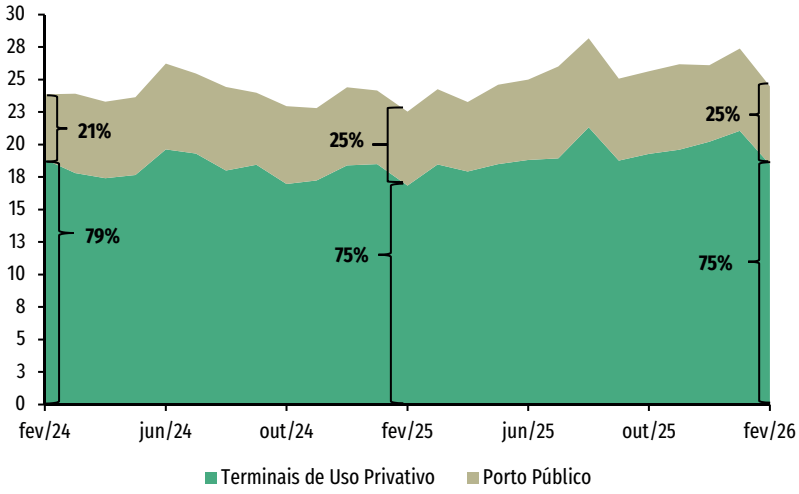
As principais cargas movimentadas, em toneladas, foram os granéis líquidos e gasosos (15,9 milhões ton), seguidos pelos granéis sólidos (4 milhões ton), pelas cargas conteinerizadas (3,8 milhões ton) e pela carga geral (0,8 milhões ton).

Gráfico 29 - Movimentação Total de Contêineres (mil TEUs)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Gráfico 30 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Tabela 19 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem - por Natureza (mil toneladas)

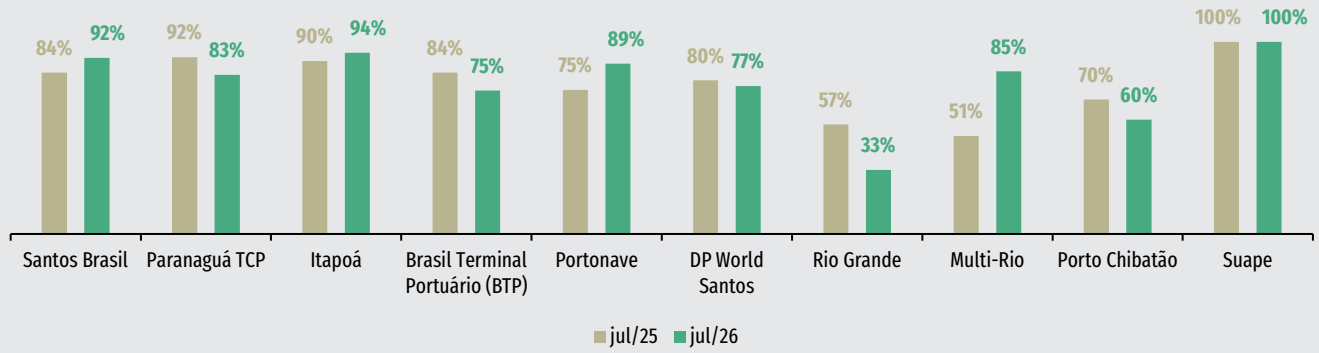
	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Granel Sólido (a)	3.467	3.978	15%
Granel Líquido e Gasoso (b)	14.424	15.913	10%
Carga Geral (c)	889	811	-9%
Carga Conteinerizada (d)	3.736	3.763	1%
Total (a+b+c+d)	22.517	24.466	8,7%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

7.1.2. Capacidade utilizada nos terminais de contêineres

Em julho de 2026, dentre os dez terminais mais movimentados, o terminal de contêiner de SUAPE foi o que apresentou o maior nível de utilização, com 100% da ocupação.

Gráfico 31 - Utilização dos principais terminais de contêineres do Brasil em Julho (%)



Fonte: *SOLVE Shipping.*

7.1.3. Cancelamentos, omissões e atrasos nos terminais de contêineres

Das 3714 operações de contêiner previstas na navegação de longo curso de janeiro a julho de 2026, foram contabilizados 737 casos de omissões ou cancelamentos (20% do total).

O terminal Paranaguá TCP foi o que apresentou o maior número de problemas (127), seguido por Santos Brasil (113) e Rio Grande (68).

Tabela 20 - Cancelamentos e omissões nas principais instalações que movimentam contêineres (jan/26 a jul/26)

Instalação portuária	Omissões e cancelamentos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Brasil Terminal Portuário (BTP)	54	414	13%
Multi-Rio	62	281	22%
Paranaguá TCP	127	620	20%
Rio Grande	68	270	25%
DP World Santos	26	251	10%
Itapoá	52	338	15%
Portonave	52	220	24%
Santos Brasil	113	451	25%
Pecém	20	80	25%
Suape	6	89	7%
Outros	157	700	22%
Brasil	**737**	**3.714**	**20%**

Fonte: *SOLVE Shipping.*

Em relação à pontualidade das movimentações nessas infraestruturas, de janeiro a julho de 2026, foram 1304 casos de atraso, o que representa 35% do total. Nesse período, a instalação que apresentou o maior número de operações não pontuais foi o Brasil Terminal Portuário (BTP) com 202 registros de atraso.

Tabela 21 - Atrasos nas principais instalações que movimentam contêineres (jan/26 a jul/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Paranaguá TCP	195	620	31%
Brasil Terminal Portuário (BTP)	202	414	49%
Santos Brasil	117	451	26%
Portonave	121	220	55%
DP World Santos	92	251	37%
Multi-Rio	138	281	49%
Itapoá	84	338	25%
Rio Grande	77	270	29%
Suape	33	89	37%
Pecém	7	80	9%
Outros	238	700	34%
Brasil	**1.304**	**3.714**	**35%**

Fonte: *SOLVE Shipping.*
Nota: O Porto de Chibatão (AM) não conta com essas estatísticas e foi substituído pelo Porto de Pecém (CE), que foi o 11º colocado em termos de movimentação de contêineres entre janeiro e abril de 2025 no país.

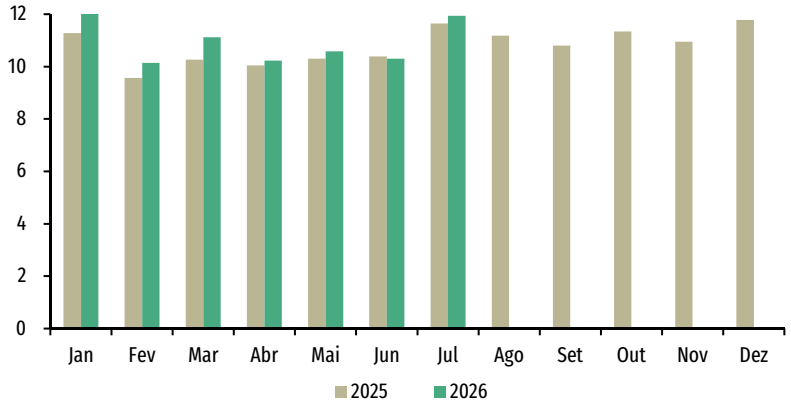
De janeiro a julho de 2026, 55% dos embarques previstos nos terminais de contêineres do país sofreram atrasos, omissões ou cancelamentos.

7.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em julho de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 11,9 milhões de passageiros, valor 3% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representaram 77% da movimentação total em julho de 2026.

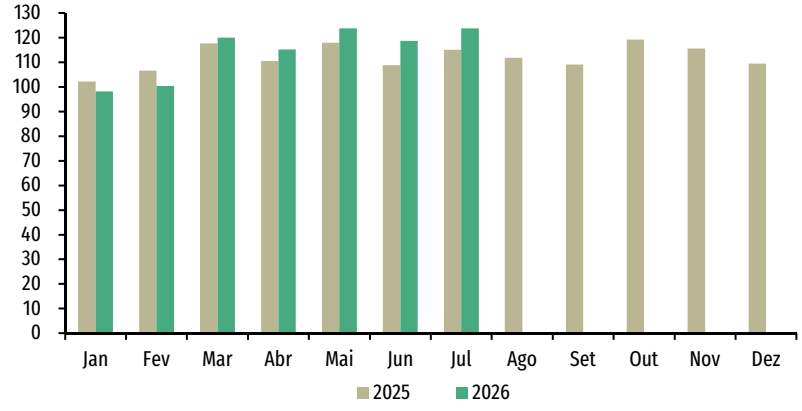
A movimentação de carga aérea total no país, em julho de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 124 mil toneladas, montante 8% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 33% do total de cargas movimentadas no período.

Gráfico 32 - Movimentação Mensal de Passageiros (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Gráfico 33 - Movimentação Mensal de Cargas (mil toneladas)

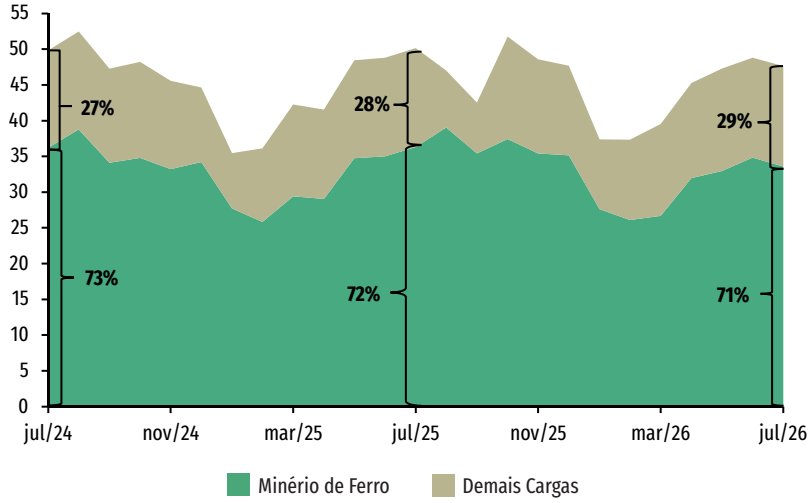


Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

7.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em julho de 2026, foi de 48 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 5% inferior ao observado no mesmo mês de 2025. A movimentação de soja foi a que apresentou maior crescimento (29%). O minério de ferro correspondeu a 71% do total movimentado em julho de 2026.

Gráfico 34 - Movimentação de Minério de Ferro e Demais Cargas (milhões TU)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

Tabela 22 - Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias (mil TU)

Mercadorias	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025
Minério de Ferro	36.290	33.590	-7%
Soja	3.188	4.127	29%
Açúcar	1.726	1.737	1%
Celulose	1.217	1.181	-3%
Farelo de Soja	845	980	16%
Grãos - Milho	1.820	979	-46%
Produtos Siderúrgicos	878	836	-5%
Cobre	543	688	27%
Carvão Mineral	542	552	2%
Demais Produtos	3.104	2.969	-4%
Total	50.154	47.640	-5,0%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

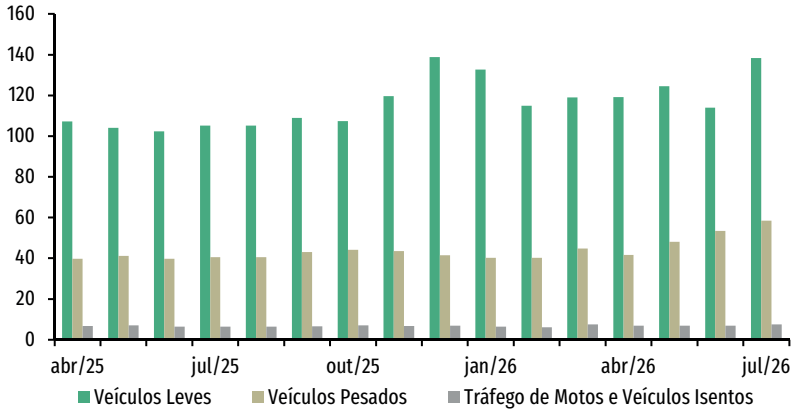
7.4. Tráfego Rodoviário Pedagiado (ABCR)

Em julho de 2026, a movimentação em rodovias federais e estaduais pedagiadas foi de 204 milhões de veículos, valor 34% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os veículos leves representaram 68% da movimentação total, seguido pelos veículos pesados (29%) e motos (1%). O tráfego isento em rodovias pedagiadas somou 5 milhões de veículos, o que representa 2% do total.

O tráfego de veículos pesados em julho de 2026 foi de 58,5 milhões de veículos, equivalente à 29% de todo o tráfego pedagiado. Esse valor foi 44% superior ao observado no mesmo mês no ano anterior. O tráfego pedagiado de veículos leves foi de 138 milhões de veículos, valor 32% superior ao verificado em julho de 2025.

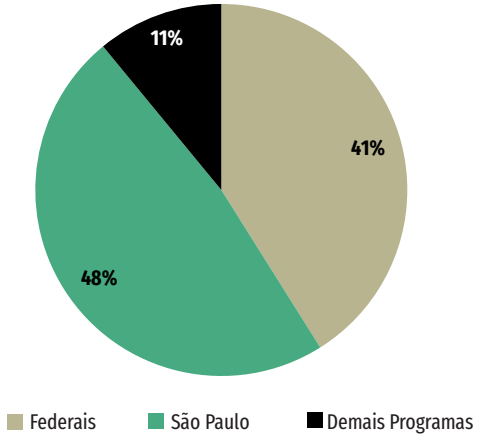
A avaliação por tipo de gestão das rodovias revela que o tráfego em rodovias federais pedagiadas foi de 84 milhões, valor 44% superior ao observado em julho de 2025. Em relação às rodovias estaduais pedagiadas, o tráfego foi de 120,5 milhões, valor 29% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desse total, trafegaram nas rodovias do estado de São Paulo 98 milhões de veículos, e em outros estados, 22,4 milhões.

Gráfico 35 - Movimentação em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Gráfico 36 - Participação por Tipo de Gestão no Tráfego Rodoviário Pedagiado em Julho de 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Tabela 23 - Tráfego de Veículos em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)

Classe	Julho 2025	Julho 2026	Variação % jul/2026-jul/2025
Veículos leves	105,1	138,4	31,6%
Veículos pesados	40,6	58,5	44,3%
Motos	2,6	2,4	-5,2%
Tráfego isento	3,8	5,0	33,2%
Tráfego total	152,0	204,4	34,4%

Fonte: Elaboração Própria com dados da ABCR.

7.5. Acidentes em Rodovias Federais (PRF)

Tabela 24 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais - por Trechos Rodoviários (acumulado até Julho de cada ano)

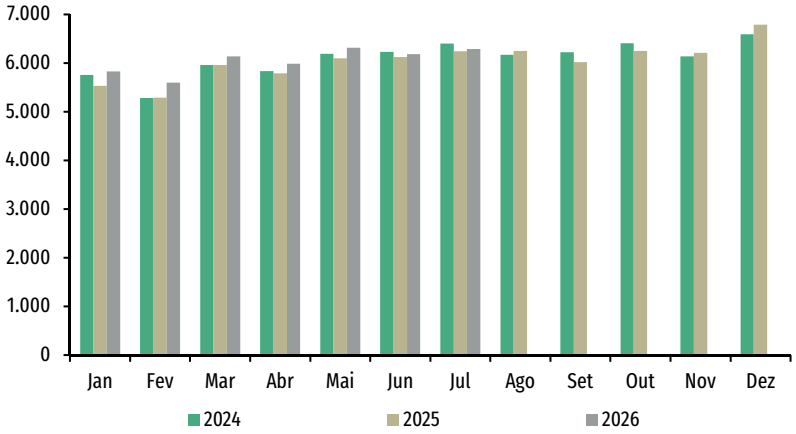
BR/UF	2025	2026	Variação (2026/2025)
SC-101	2.380	2.365	-1%
SP-116	1.811	1.794	-1%
MG-381	1.526	1.700	11%
RJ-101	1.312	1.413	8%
PR-277	1.214	1.346	11%
ES-101	1.216	1.034	-15%
MG-40	1.110	1.076	-3%
RJ-116	1.018	1.055	4%
PR-376	952	1.056	11%
PB-230	723	625	-14%
RS-116	746	729	-2%
SC-282	761	889	17%
MG-116	778	828	6%
RS-290	492	415	-16%
SC-470	610	657	8%
MT-163	566	523	-8%
MG-262	597	617	3,4%
PE-101	593	763	29%
BA-101	564	550	-2%
Demais Trechos	22.046	22.887	4%
Total	41.015	42.322	3%

Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

Em julho de 2026, foram registrados 6.284 acidentes nas rodovias federais brasileiras, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O total de acidentes é 1% superior ao mesmo mês de 2025 e 2% inferior ao verificado em julho de 2024.

Os trechos das rodovias federais que mais concentraram acidentes entre janeiro e julho de 2026 foram os da BR 101/SC (2365 acidentes), BR 116/SP (1794 acidentes) e BR 381/MG (1700 acidentes).

Gráfico 37 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais (total mensal)



Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

7.6. Preço ao Consumidor da Gasolina Comum e Óleo Diesel (ANP)

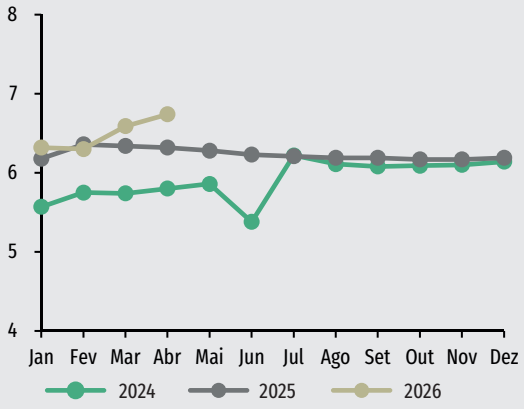
O preço médio da gasolina comum, em abril de 2026, foi de R$ 6,74/L, valor 7% superior ao observado em abril de 2025 (R$ 6,32/L).

De acordo com os últimos dados divulgados pela ANP, relacionados à composição e estruturas de formação de preços, referentes a abril de 2026, os tributos federais corresponderam a 10% do preço da gasolina comum, valor 1 ponto percentual (p.p.) inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 23% do preço, uma diminuição de 0 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. As margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 2 p.p. no período.

Já o preço médio do óleo diesel, em abril de 2026, foi de R$ 7,28/L, valor 17% superior ao observado em abril de 2025 (R$ 6,22/L).

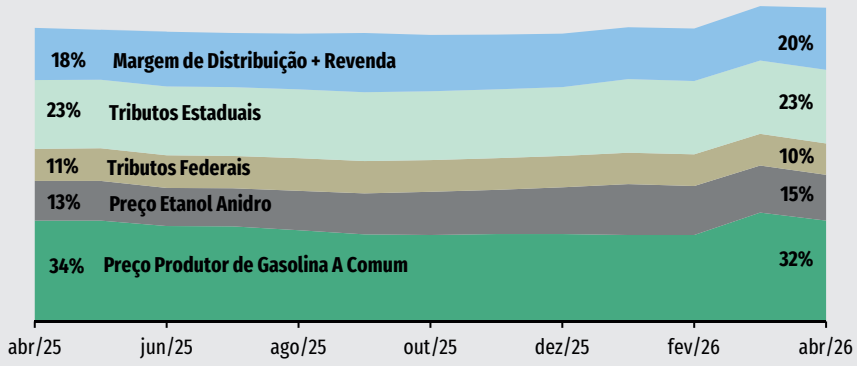
Segundo as informações mais recentes, disponibilizadas pela ANP, relacionadas à composição e estruturas de formação de preços, referentes a abril de 2026, os tributos federais corresponderam a 0% do preço do óleo diesel, valor 5 pontos percentuais (p.p.) inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 3% do preço, uma diminuição de 15 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. As margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 12 p.p. no período.

Gráfico 38 - Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum (R$/L)



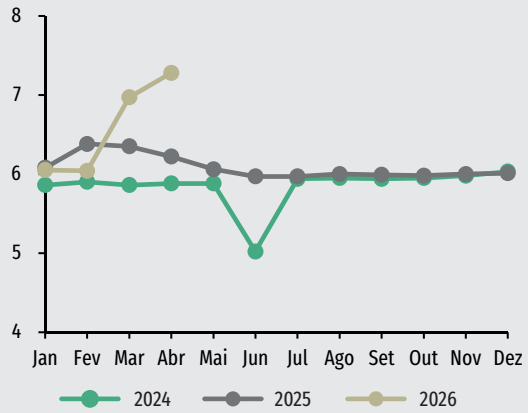
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 39 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum



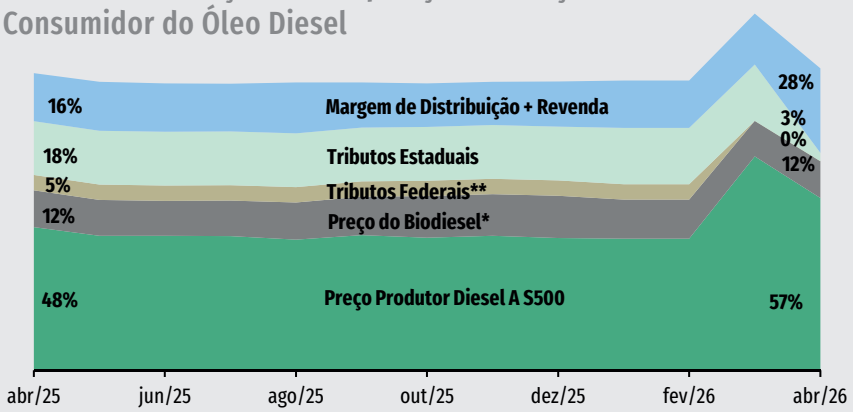
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 40 - Preço Médio ao Consumidor da Óleo Diesel (R$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 41 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.
Nota: *Preço do biodiesel com frete e tributos.
**Conforme fim da medida provisória do Governo Federal, houve reoneração dos tributos federais a partir de 01/01/2024.

RELATÓRIO INFRAESTRUTURA | Publicação mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Relações Institucionais | Diretor: Roberto de Oliveira Muniz | Superintendência de Infraestrutura | Superintendente de Infraestrutura: Wagner Cardoso | Equipe: Andreia Carvalho, Euder Santana, Fernanda Ortega, Mariana Lodder, Paula Bogossian, Patrick Fernandes, Ramon Cunha, Rennaly Sousa e Roberto Wagner | e-mail: infra@cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial | Diretor: Mário Sérgio Carraro Telles | Gerência do Escritório de Projetos e Iniciativas | Design Gráfico: Simone Marcia Broch.

Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992 email: sac@cni.com.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Documento elaborado com dados disponíveis até 23 de outubro 2026.

Veja mais

Mais informações sobre a infraestrutura e a indústria brasileira em: *www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/infraestrutura/*

CNI Confederação Nacional da Indústria